

FORUM

**das
seis**

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da UNICAMP e DCE da USP

Quarta-feira, 16/6, ato unificado em Campinas

*Em defesa da isonomia, pela reabertura
das negociações e contra qualquer tipo
de repressão aos trabalhadores*

Reunido em 8/6 e 14/6, o Fórum das Seis avaliou a conjuntura e o desenrolar da greve dos servidores técnico-administrativos da USP, Unesp e Unicamp. O quadro indica que o movimento é crescente, com grande adesão na USP (Butantã, Ribeirão Preto, Bauru, Piracicaba e São Carlos), na Unesp (são 11 os *campi* em greve) e na Unicamp (que aprovou a continuidade em assembleia realizada no dia 7/6). No *campus* da Unesp de Marília, os estudantes dos cursos de Pedagogia, Ciências Sociais e Filosofia estão paralisados, em apoio aos servidores e em defesa de suas reivindicações específicas.

A orientação é que as categorias em greve mantenham e ampliem o movimento, como forma de pressionar os reitores a agendarem nova reunião com o Fórum das Seis, a concederem a isonomia (extensão dos 6% de reposição de perdas, dados aos docentes em fevereiro) e a negociarem efetivamente os demais itens da Pauta Unificada 2010.

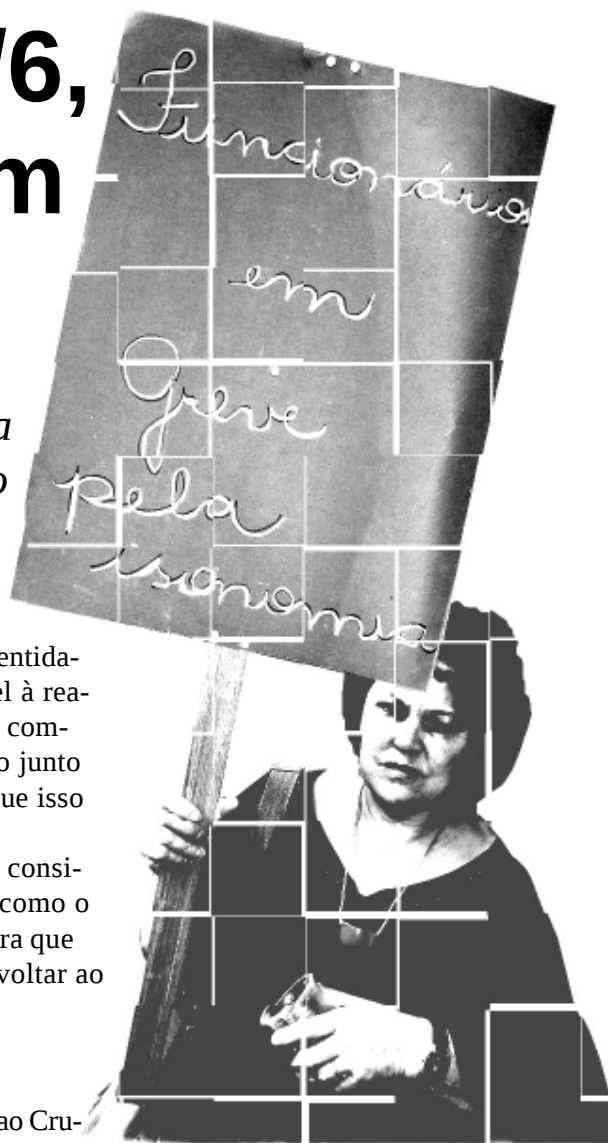
Na quarta-feira, 9/6, pela manhã, representantes do Sintunesp e da Adunesp reuniram-se com o reitor da Unesp, professor Herman

Voorwald. Cobrado pelas entidades, ele disse ser favorável à reabertura das negociações e comprometeu-se a fazer gestão junto aos demais reitores para que isso ocorra.

O Fórum das Seis considera a via da negociação como o caminho indispensável para que as universidades possam voltar ao seu curso normal.

Dinheiro tem!

Em ofício enviado ao Cruesp na semana passada (e não respondido até o momento), o Fórum destacou que, nos últimos 20 anos de data-base, os índices de reajuste salarial negociados sempre foram iguais para docentes e funcionários, da forma como preconizado no acordo de data-base de 1991, assinado entre Cruesp e Fórum das Seis. Também frisou que a arrecadação do ICMS está superando todas as previsões. Ou seja, os reitores não têm qualquer justificativa econômica para rejeitar os 6% aos funcionários, a não ser o desejo de quebrar a isonomia entre os segmentos, fato que será extremamente prejudicial às universidades.



Novo ato em Campinas

Na próxima quarta-feira, 16/6, está marcado novo ato unificado em frente à reitoria da Unicamp, a partir das 12 horas. Vamos mostrar a força do movimento, a indignação dos servidores em greve e a incompreensão do Fórum das Seis diante da recusa do Cruesp de reabrir negociações.

Ataque ao direito de greve

Na USP, dentre os milhares de servidores em greve, cerca de mil companheiros tiveram o salário cortado, num incompreensível ataque da reitoria da USP sobre o constitucional direito de greve dos trabalhadores. Diante disso, na terça-feira, os funcionários da USP decidiram ocupar a reitoria, exigindo a abertura de negociação e o pagamento imediato dos salários cortados.

No dia 8/6, representantes do Fórum das Seis contataram o reitor da USP, professor João Grandino Rodas, e solicitaram uma reunião para discutir o corte do ponto. Rodas disse que não se reunirá em separado com o Fórum para este fim e que somente o fará no âmbito do Cruesp. Ele foi instado, mais uma vez, a solicitar que o presidente do Cruesp agende a continuidade das negociações.

Solidariedade

O Sintusp deflagrou uma campanha de solidariedade aos trabalhadores que tiveram o salário descontado. A campanha já conta com a participação de vários professores, que estão doando os 6% concedidos pelo Cruesp.

As contribuições, em qualquer valor, podem ser feitas em conta aberta no Banco do Brasil (Agência 3559-9, CC 42378-5).

Mais verbas para a educação pública

Fórum defende emendas em projeto da LDO 2011

Na tarde do dia 8/6, aconteceu uma audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) para debater a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2011. O assunto interessa às universidades estaduais paulistas e ao conjunto da educação pública, pois é nesta lei que se definem os percentuais a serem aplicados em cada setor no ano seguinte.

Representantes do Fórum das Seis participaram da audiência e protocolaram as emendas que reivindicam o aumento de recursos para a educação: 33% das receitas globais do estado para a educação pública paulista, aí incluídos 11,6% do ICMS às universidades estaduais e 2,1% do ICMS para o Centro Paula Souza.

Falando em nome do Fórum das Seis, o professor Francisco Miraglia, da USP, criticou a postura subserviente da maioria dos deputados frente ao governo. “Os princípios republicanos são uma ficção nesta casa, pois o que prevalece aqui é a expressa vontade do governador”, disse. Ele também ressaltou que o Imposto sobre Circulação de Serviços e Mercadorias (ICMS) é bastante injusto, pois tributa pobres e ricos da mesma forma. “Por isso, nada mais justo do que a arrecadação do governo com esse imposto ser revertida às necessidades básicas da população, especialmente em saúde e educação.”

Miraglia finalizou sua intervenção destacando a greve dos servidores



Francisco Miraglia, da USP, fala durante audiência pública na Alesp



das universidades pela isonomia e denunciando a postura intransigente dos reitores.

O que propõe o governo

No projeto de LDO 2011 (nº 401/2010), enviado pelo governo estadual à Assembleia, as universidades aparecem no artigo 4º, com a previsão de repasse de 9,57% da arrecadação do ICMS. Um primeiro problema identificado é a ausência da expressão “no mínimo”, o que abre a possibilidade de que esse percentual não seja respeitado no decorrer de 2011. No § 2º, lê-se que “o Poder Executivo poderá dar continuidade ao programa de expansão do ensino superior público em parceria com as Universidades Estaduais”. Ou seja, novamente o governo deixa aberta a possibilidade de expandir o sistema sem a ampliação de recursos.

Data-base é pra valer! Negociação efetiva!

- Reajustes iguais para servidores técnico-administrativos e docentes, tendo como horizonte os 16% de reposição salarial para todos, além de uma parcela fixa, que objetiva diminuir a relação entre os menores e os maiores salários!
- Não criminalização dos movimentos sociais nas universidades paulistas e no Centro Paula Souza!
 - Permanência estudantil/gratuidade ativa!
 - Mais recursos para a educação pública!